Carta Compromisso

Para compartilhar mais crescimento e igualdade.

TARSO
GOVERNADOR

ABGAIL
VICE

OLÍVIO
SENADOR

Unidade Popular pelo Rio Grande – PTB, PT, PCdoB, PPL, PR, PROS

Em 2010 assumimos o compromisso de realizar um esforço concentrado em prol do desenvolvimento econômico e social do estado. Para isso, ainda durante a campanha, abrimos um processo de diálogo e de participação com todas as forças dinâmicas da sociedade para construção de uma agenda estratégica de um novo caminho de retomada do crescimento no Rio Grande, com inclusão social, distribuição de renda, sustentabilidade ambiental e apoio à produção e inovação, tendo como alicerce a cadeia produtiva instalada combinada com a atração de investimentos e a capacidade de trabalho e empreendedorismo dos gaúchos e gaúchas.

Nosso Governo colocou o Rio Grande em novo patamar de desenvolvimento, integrado ao processo de transformação em curso no Brasil, desde a vitória de Lula em 2003. Hoje, podemos afirmar que, assim como o país, o estado não é mais o mesmo. O Rio Grande do Sul retomou o protagonismo econômico e político no cenário nacional e a vida dos gaúchos e gaúchas está melhorando. Para dar continuidade às mudanças sociais e políticas que estamos fazendo, a segunda etapa deverá delinear-se por um conjunto de projetos estratégicos que aprofundem as mudanças em curso, apontem para um futuro ainda melhor, liguem definitivamente o Rio Grande ao desenvolvimento promovido pelo Governo Dilma no Brasil e ampliem nossa presença no mundo globalizado.

NOSSO GOVERNO COLOCOU O RIO GRANDE EM NOVO PATAMAR DE DESENVOLVIMENTO, INTEGRADO AO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO EM CURSO NO BRASIL, DESDE A VITÓRIA DE LULA EM 2003.

Definimos no programa de governo elementos estruturadores muito consistentes com uma política de desenvolvimento, tanto no terreno econômico, como no terreno social. Três enunciados estratégicos sintetizam bem a reorganização estruturante em curso neste período. Primeiramente, constatamos a necessidade de mudar o padrão de acumulação no estado. O padrão de crescimento até então estava voltado principalmente para atração de grandes empresas montadoras

automotivas. Essa era quase uma obsessão dos partidos tradicionais, e uma agenda permanente de parte da grande mídia local. Todas as medidas importantes dos dois governos que nos precederam colocavam o RS a "reboque" de uma concepção de desenvolvimento, que era mero reflexo dos moldes capitalistas globais, e para tanto des-

ELIMINAMOS O ARROCHO SALARIAL COM AUMENTO REAL DO SALÁRIO PARA O CONJUNTO DOS SERVIDORES E RECUPERAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL.

pejavam toda a energia de incentivos fiscais do Estado, mormente com essa pretensão, adaptar-se ao que "vem de fora" sem importar-se com seu reflexo na base produtiva já instalada.

Essa mudança no padrão precisava basear-se num programa de desenvolvimento industrial para o Estado, que transitasse pela valorização do salário dos trabalhadores públicos e privados. Assim, eliminamos o arrocho salarial imposto aos trabalhadores do setor público, com aumento real do salário do conjunto dos servidores e recuperamos o salário mínimo regional. Após o Governo Olívio, o salário mínimo regional manteve-se estagnado, e desvinculou-se do processo de valorização do seu correspondente nacional. A retomada de uma política de ganhos reais, tendo como diretriz sua recomposição em relação ao salário mínimo nacional, ajudou a compor aumentos salariais expressivos no setor privado, originários de uma nova condição nas negociações e nos dissídios coletivos no Estado.

Nesta mudança no padrão de acumulação promovemos um conjunto de reformas normativas e de fomento importantes: (1) no sistema de cooperação – constituímos uma política global para as cooperativas, que reúne financiamento, integração ao Fundopem e aprimoramento da gestão, (2) no microcrédito – o maior programa de microcrédito do país -, (3) na oferta de profissionais qualificados, através do Pronatec, (4) no conjunto de medidas dos Planos Safras Gaúcho para a agricultura familiar, e (5) na Política Industrial e Arranjos Produtivos Locais voltados para o fortalecimento da base produtiva tradicional e para os setores da nova economia. Organizamos o Sistema de Desenvolvimento Econômico e criamos a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), reformamos o sistema de incentivos fiscais, que democratizou e horizontalizou os estímulos estatais às empresas que atraímos "de fora" e para o conjunto de investimentos produtivos locais, via Novo Fundopem e incentivos setoriais. Ampliamos recursos e financiamentos, através das instituições de crédito – Banrisul, BRDE e Badeusl –, para nossa base produtiva. E a Sala do Investidor facilitou a vida das empresas nacionais e internacionais interessadas em novos investimentos no Estado.

Em segundo, criamos as condições necessárias para a efetiva participação político-democrática, não apenas instituindo uma rede de canais de participação conselhista, virtual, presencial, consultiva, como estabilizando uma dinâmica de participação popular, que cresce desde o primeiro ano de governo e alcança, anualmente, em torno de 1,2 milhão pessoas. Esta participação estrutura o orçamento e faz a seleção das demandas regionais e outras requisições de bens e serviços públicos,

além de permitir a escuta e o diálogo de temas centrais para o desenvolvimento do estado, bem como, a concertação política e social de diferentes setores da sociedade gaúcha. Temos, é claro, ainda, um longo caminho a percorrer, mas já demos um passo importante instituindo um Sistema de Participação Popular e Democrática exemplar, que vai ser aprimorado e tem um grande significado político, especialmente, no âmbito da crise universal da democracia representativa.

A terceira estratégia estruturante foi a recuperação das funções públicas do Estado. Utilizamos uma série de recursos, de financiamentos das agências nacionais e internacionais, da recuperação do sistema de arrecadação, tendo como resultado a ampliação da receita, sem aumento de impostos. A partir dos recursos disponíveis no orçamento estadual, recuperamos substancialmente a estrutura da máquina pública, com melhorias para os servidores e prestação dos serviços, alcançando inclusive 12% para a Saúde. Com a captação de recursos para investimentos de agências nacionais e do exterior, e o aumento da aplicação de recursos federais, ampliamos sensivelmente o investimento despendido em infraestrutura.

A recuperação das funções públicas do Estado é um dos elementos dinâmicos da luta política no RS, considerando que o modelo de estado defendido pelos adversários do nosso projeto começa exatamente onde perderam a eleição em 2010: a tentativa de restabelecer um "choque de gestão", redução do estado, arrocho salarial e o ajuste fiscal, com o malfadado "déficit zero". Em última análise, são os mesmos elementos que sustentam também as candidaturas que se opõem ao governo da presidenta Dilma. Um modelo que fracassou no país e no estado, e que não foi capaz de responder a necessidade de retomada do desenvolvimento com crescimento econômico e inclusão social.

No próximo governo da UPPRS, o aprofundamento das reformas democráticas no Estado exigirá a consolidação de um novo "bloco histórico" dirigente, conformando uma nova hegemonia política e social progressista e moderna, voltada para um desenvolvimento com justiça e igualdade. Para isto, é necessário compreender que a dinâmica social e econômica aqui estará inscrita também no processo de aprofundamento democrático e social do projeto nacional. Referimos especialmente as questões fundamentais para o futuro de revolução democrática no Brasil, ou seja, as mudanças que devemos promover nas grandes regiões metropolitanas, seja na questão do financiamento da saúde, seja no transporte público, mobilidade e na segurança pública. No próximo período estes desafios das regiões metropolitanas são chaves. É necessário que em um novo mandato o governo federal, juntamente com os governos estaduais, responda fortemente com políticas públicas como o Passe Livre e o Bilhete Único, nos colocando em condições de dialogar com os movimentos sociais e com as novas expectativas e esperan-

RECUPERAMOS A ESTRUTURA DA MÁQUINA PÚBLICA, COM MELHORIAS PARA OS SERVIDORES E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, ALCANÇANDO INCLUSIVE 12% PARA A SAÚDE.

ças que a própria reeleição vai suscitar.

A segunda grande questão é a reestruturação do Pacto Federativo. Há uma grande tensão, promovida pelas agências de risco, bancos internacionais e pelos grandes investidores, para anular a força do poder político e anular as decisões democráticas da sociedade, a partir de "ordens" que vêm diretamente do capital financeiro especulativo, como o caso recente da Grécia, impedida de realizar um referendo. Portanto, a reforma democrática com ampliação de espaços de integração da sociedade na gestão do Estado é agenda prioritária das forças progressistas e de esquerda.

Apesar da sequência de conferências temáticas, da instituição de conselhos setoriais, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e da recente instituição do Sistema Nacional de Participação Social no Governo Federal, devemos ter uma visão estratégica na promoção de canais diretos de participação, de democracia presencial ou digital, com força para insidir positivamente em decisões do Estado brasileiro sobre políticas públicas em todos os níveis. Da mesma forma, o compromisso com a Reforma Política é elemento fundamental para redesenhar as instituições políticas do país e sua aprovação será a melhor resposta contra a corrupção, o crescente pragmatismo eleitoral dos partidos e a "criminalização da política", promovida pelos setores conservadores e por grande parte da mídia nacional. Neste momento, temos que pensar que um projeto de desenvolvimento regional, de democratização radical do Estado, de transformações no padrão de acumulação, de combate às desigualdades sociais e regionais, só poderá continuar avançando a partir de um projeto nacional com mais democracia e mais participação.

Reafirmarmos, assim, a importância de integrar nossa campanha à campanha da Presidenta Dilma, pois se a Revolução Democrática não se aprofundar como um todo, ela não vai apenas estagnar, vai retroceder. Portanto, para enfrentar estes desafios construímos no estado uma grande frente de partidos comprometidos com um programa desenvolvimentista de esquerda e democrático.

Um Rio Grande Melhor

Da estagnação à retomada do crescimento

Quase quatro anos depois, podemos afirmar, com segurança, que todas as ações empreendidas ancoradas no Programa de Governo obtiveram sucesso na implantação dos seus principais eixos: Recuperação das Funções Públicas do Estado, Colocar o Rio Grande do Sul no Mesmo Ritmo de Crescimento do Brasil (Alinhamento com o Governo Federal); Estado como Indutor do Desenvolvimento com Crescimento, Inclusão Social e Sustentabilidade Ambiental; Redução das Desigualdades com políticas de Distribuição de Renda e de Desenvolvimento Regional; Diálogo e Participação Cidadã; e Protagonismo nas Relações Internacionais.

Na década passada, 2001/2010, o RS cresceu 29% enquanto o Brasil chegou a 42,6%. A combinação de baixo crescimento com a falta de acesso a financiamentos para investimentos explica a situação fiscal do Estado, a degradação das funções públicas, os baixos salários do magistério e da segurança pública e o descumprimento do mínimo constitucional da saúde. Quando o PIB cresce pouco, a arrecadação fica limitada, assim as despesas de previdência e da própria dívida pública assumem proporções ainda maiores em relação à receita pública, restando menos recursos para aplicar nos serviços públicos. **Nos últimos três anos a tendência de baixo crescimento já mudou, crescemos 10,2%, apesar da estiagem de 2012, e o BR cresceu 6,4%** mas é necessário crescer mais.

NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, A TENDÊNCIA DE BAIXO CRESCIMENTO JÁ MUDOU; CRESCEMOS 10,2%, APESAR DA ESTIAGEM DE 2012, E O BRASIL CRESCEU 6,4%.

As finanças públicas apresentavam um quadro de graves problemas relativos à sustentabilidade no médio e longo prazo, e para enfrentá-los mobilizamos a receita

através da cobrança da dívida ativa e da fiscalização, melhorando consideravelmente seus resultados. No período 2011/2013 a **arrecadação de ICMS cresceu 14,7%** em termos reais, com relação aos três anos imediatamente anteriores. Em 2013, a arrecadação do ICMS cresceu 6% em valores reais, chegando ao total nominal de R$ 24 bilhões. Resultado também da instituição do Programa Nota Fiscal Gaúcha, de estimulo à cidadania fiscal e incremento à formalização dos negócios no comércio varejista, e da intensificação do uso de TI, com a ampliação de empresas emissoras de Nota Fiscal Eletrônica.

Entretanto precisamos manter a estratégia de superação dos gargalos e garantir a execução de políticas que viabilizem o crescimento sustentado da produção, no médio e longo prazo. Um dos requisitos fundamentais será buscar um desempenho do PIB anual a uma taxa equivalente a 4,5%, através do aumento da capacidade produtiva e da oferta de bens e serviços, tendo como estratégias o planejamento, investimentos em logística e transporte, e a consolidação das políticas de desenvolvimento econômico que incluem as políticas industrial, agrícola e energética. São objetivos que podem ser perseguidos com efeitos sobre a arrecadação capazes de reduzir dependência de financiamentos.

Os principais indicadores sócio-econômicos demonstram que o caminho do desenvolvimento está aberto e se revela a partir de um conjunto de resultados positivos. Nossa estratégia está correta e no último ano a economia gaúcha obteve crescimento com taxas equivalentes ao dobro do desempenho do Brasil, com um **PIB de 6,3%**, em período de agravamento da crise internacional. O Estado liderou o **crescimento industrial, com 7,4%**, bateu recorde histórico da **safra com mais de 30 milhões de toneladas**, com injeção de R$ 24 bilhões na economia gaúcha, reconquistou o **terceiro lugar entre os estados exportadores**[1], é considerado um dos três melhores estados brasileiros para investimento e alcançou o **menor índice de desemprego dos últimos 22 anos**. Este quadro de boas notícias é resultado de uma política de desenvolvimento audaciosa, que equilibra indução do crescimento econômico e políticas de distribuição de renda em um ambiente de integração regional, diálogo e democracia.

1 Entre os 10 estados que mais exportam, o Rio Grande do Sul apresentou o maior crescimento em 2013, 44,3%. O estado participa com 10,36% da exportação nacional.

O Estado que encontramos

Durante a campanha de 2010 demonstramos que a política do Déficit Zero e a redução do papel do estado, estratégias principais do governo anterior, resultaram na diminuição drástica do investimento próprio, dos orçamentos nas áreas de saúde, educação e segurança e do abandono das políticas de fomento econômico, distribuição de renda e de estruturas fundamentais para o desenvolvimento, como a Fepam e a Emater, além de uma política permanente de conflito com os movimentos sociais e sindicais e desvalorização do servidor público. O Rio Grande crescia abaixo do ritmo do Brasil, alguns exemplos dão conta do tamanho desta herança negativa:

Na educação, o achatamento dos salários dos professores, os concursos não realizados, a violência no tratamento com a categoria, o déficit na aplicação de recursos no valor de R$ 4,4 bilhões e o sucateamento das estruturas físicas de todo sistema público estadual, como por exemplo, as escolas de lata e a "enturmação", resumem bem política do governo anterior. A Segurança tinha o pior salário básico para os policiais militares do País e o governo não havia concedido nenhum centavo de aumento. No sistema prisional, o déficit de vagas chegou a 11 mil vagas em 2009, contra um déficit em 2000 de 1,1 mil vagas. Na saúde: herdamos o status do estado que menos investia em saúde no Brasil, apenas 7,9%.

O desenvolvimento econômico foi marcado pela ausência de iniciativas políticas, tanto para a indústria, quanto para a agricultura, os órgãos vinculados foram enfraquecidos, programas de fomento foram desativados ou despotencializados, como os programas de extensão empresarial e Arranjos Produtivos Locais, ficamos sem o Simples Gaúcho e o Fundopem estava centralizado e direcionado apenas às grandes empresas. Os órgãos ambientais foram desaparelhados, com quadros de servidores da Secretaria do Meio Ambiente, Fepam e FZB reduzidos, sem condições técnicas e estruturais mínimas para realização de políticas públicas, licenciamento e fiscalização. Não havia políticas de direitos humanos e os exemplos mais emblemáticos foram à recusa do então governo estadual em aderir ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e a total falta de políticas de distribuição de renda e enfrentamento à pobreza.

Entre 2008 e 2010 foram captados, em convênios com a União, somente R$ 105 mi-

UM NOVO PADRÃO DE RELACIONAMENTO ENTRE A SOCIEDADE E O ESTADO, ASSENTADO NO DIÁLOGO, NA PARTICIPAÇÃO E NA COOPERAÇÃO. UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BASEADA NO PLURALISMO, NA INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA E NA UNIVERSALIDADE DO CRESCIMENTO.

lhões. A relação do então governo estadual com o Governo Lula era inexpressiva ou quando existente, era conflituosa, como no caso dos Pólos Rodoviários e dos recursos para reforma do Presídio Central, recusados pela governadora. Não havia adesão por parte do Estado aos projetos e programas federais, com prejuízo incalculável na captação de verbas do PAC I e II. O Rio Grande havia parado de crescer, estava de costas para o Brasil e fechado para o mundo, em um círculo vicioso de depressão econômica e social num ambiente altamente conflituoso.

No que diz respeito à infraestrutura e logística, encontramos em cenário de ausência de investimentos e precarização das estruturas operacionais do estado. Assim, mesmo sabendo-se que o modal rodoviário é o grande responsável pela circulação da economia, encontramos o DAER sem condições de cumprir com suas funções. Quadro de pessoal insuficiente, superintendências regionais com equipamentos sucateados, e contratos que a gestão anterior firmou sem reserva de recursos para honrá-los. Os 104 municípios sem acesso asfáltico, as 32 obras de significado regional esperando solução e as sete duplicações de grandes vias sem encaminhamentos, atestam os efeitos do histórico de paralisia. A manutenção da malha estava praticamente abandonada e, mesmo na parte pedagiada, um ambiente de conflito em razão das graves deformidades do modelo adotado. Também não havia ações articuladas para viabilizar outros modais de trasnsporte e para a questão energética, com baixos níveis de investimento.

Assim, tivemos que agir em várias frentes, reorganizar a administração pública, buscar recursos para retomar os investimentos, resgatar a relação com o Governo Federal, contratar emergencialmente servidores, aumentar salários, promover concursos, equipar nossos órgãos prestadores de serviços, retomar o diálogo com os servidores e criar canais de participação efetiva da sociedade na gestão e controle público do estado. Paralelamente, ainda enfrentar a situação de crise estrutural das finanças públicas com medidas para Previdência Pública, pagamento de precatórios e Dívida com a União.

O Governo faz a sua parte e o Rio Grande volta a crescer

O balanço de gestão do Governo Tarso demonstra que avançamos em todas as áreas: saúde, educação, segurança, desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, meio ambiente, agricultura e desenvolvimento rural, relações internacionais, cultura, proteção e garantia dos direitos humanos, com respeito e valorização do serviço público.

O Governo estabeleceu um novo padrão de relacionamento entre a sociedade e o estado, seja diretamente com a população, com o Governo Federal ou com os municípios. Este relacionamento esta assentado no diálogo, na participação e na cooperação, criando as condições para a formulação de uma estratégia de desenvolvimento baseada no pluralismo, na inclusão social e produtiva e na universalidade do crescimento.

O papel do estado como indutor do desenvolvimento econômico e social foi resgatado. Constituímos estruturas como a **Agência Gaúcha do Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e a Secretaria do Desenvolvimento Rural, Cooperativismo e Pesca (SDR)**. Realizamos planejamento estratégico e instituímos a **Política Estadual da Indústria**, atendendo 22 setores, o **Plano Safra Gaúcho, Plano Decenal da Agricultura, o Zoneamento Ecológico Econômico e o Plano Estadual de Logística e Transporte (PELT)**. Resgatamos e ampliamos as políticas de fomento e apoio a setores estratégicos, com destaque aos Arranjos Produtivos Locais (APL´s) e às cooperativas. Retomamos o **Simples Gaúcho**, com 270 mil empresas beneficiadas, sendo 89% isentas de ICMS, e garantimos benefícios fiscais a quem investe e cria empregos aqui. Com o **Programa RS Tecnópole** fomentamos a pesquisa, inovação e o desenvolvimento tecnológico e já foram criados 15 Parques e Pólos Tecnológicos, os editais da Fapergs ampliaram em 420% os recursos para C&T comparado ao governo anterior.

A Indústria Oceânica no Rio Grande do Sul está se transformando, na atual gestão, em uma das maiores fornecedoras da Petrobras para produção de petróleo e gás até 2020, com cadeias de fornecedores espalhadas por todo Estado. O **Pólo Naval de Rio Grande** já tem US$ 7 bilhões contratados e o **Pólo Naval Jacuí**, US$ 911 milhões. Até 2018 vamos contar com 89 **Parques Eólicos**, produzindo 2.005,9 MW em um total de investimentos na ordem de R$ 8,4 bilhões. Os projetos já contratados, 1.750,9 MW, demandarão para construção dos parques 10.000 novos postos de trabalho, e du-

rante a sua operação 2.000 novas vagas.

Cabe destacar, nesta área, a construção do Complexo Eólico Povo Novo primeiro investimento próprio da CEEE em geração de energia nas últimas três décadas, R$ 265 milhões em investimento que permitirão a geração de 55MW com criação de 640 empregos diretos.

1.000 EMPRESAS FORAM RECEPCIONADAS, 420 TORNARAM-SE PROJETOS GERENCIADOS, TOTALIZANDO R$ 44,6 BILHÕES DE INVESTIMENTOS PRIVADOS

Executamos uma política ofensiva na captação de negócios e investimentos, que tem como principais instrumentos o **Novo Fundopem** e as linhas de crédito disponíveis pelo **Sistema Financeiro do Estado** – Banrisul, BRDE e Badesul –, o **Pró-Inovação, os incentivos setoriais** (coureiro-calçadista, indústria oceânica, metal-mecânico, suínos, vitivinicultura, eólica, PCHs, entre outros), e a política de comércio exterior. Com uma gestão inovadora, instituímos a **Sala do Investidor**, que acolhe e acompanha projetos de investimentos privados. Mais de 1.000 empresas foram recepcionadas, sendo que 420 tornaram-se projetos gerenciados, totalizando, entre ativos e concluídos, **R$ 44,6 bilhões de investimentos privados** e projeção de mais de 59 mil empregos diretos. A partir do relacionamento entre iniciativa privada e Governo do Estado, marcas globais como Honda, Hyundai, Mitsubishi e CMPC, e locais, como a Stara, Randon, Marcopolo e Stihl, ampliaram operações e investimentos.

Inovamos com a implementação do **Plano Safra Gaúcho**, que desde 2011 resultou em investimentos na ordem de R$ 7,3 bilhões provenientes do Banrisul, Badesul, BNDES, BRDE, governo federal e Tesouro do Estado, em ações de apoio aos agricultores e pecuaristas gaúchos, desde a produção até a comercialização. Para o biênio 2013/2014 o plano vai beneficiar 300 mil famílias de agricultores e pecuaristas com recursos disponíveis de R$ 2,7 bilhões. O **Programa de Irrigação Mais Água, Mais Renda, em conjunto com o Irrigando a Agricultura Familiar**, mais que duplicou a área irrigada do estado, sem considerar as plantações de arroz já irrigadas. E as políticas setoriais, como a do Leite Gaúcho, contribuíram para o fortalecimento das nossas cadeias produtivas.

O crescimento da produção industrial e agropecuária foi acompanhado estrategicamente por programas de inclusão, distribuição de renda e formação profissional. O **RS Mais Igual**, juntamente com o Programa Brasil sem Miséria do Governo Federal, foi fundamental na redução da extrema pobreza. O Programa complementou a renda de mais de **80 mil famílias**, e permitiu a autonomia de 4.000 famílias. O **Piso Regional foi resgatado** e obteve valorização real de 28,30%, no período entre 2011 e 2014, melhorando as condições salariais de 1,1 milhão de trabalhadores, ampliando o poder aquisitivo e fortalecendo o mercado interno gaúcho. O **Programa Microcrédito** já financiou mais de R$ 300 milhões beneficiando 60 mil empreendedores em 433 municípios e conjuntamente com o **Programa de Economia Solidária**, ampliou as oportunidades de geração de trabalho e de desconcentração regional da renda. O P**acto Gaúcho pela Educação** foi responsável por 440 mil matrículas em cursos de formação profissional, com destaque para o **Pronatec** com 170 mil matriculados, a maior participação no país.

Construímos **7.193 novas habitações** de interesse social e até o final de 2014 serão 21 mil habitações com investimentos de R$ 82 milhões. Em saneamento serão investidos R$ 4,2 bilhões até 2017, com recursos do PAC I e II e do Estado, através da CORSAN, em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Com isto, o RS Passará de **15% para 30% de esgotos tratados**. A

CNH Social, carteiras de motoristas gratuitas para pessoas de baixa renda, o **Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural** e as compras públicas dos pequenos produtores e empresas através do **Programa Fornecer**, integram também as iniciativas para o desenvolvimento social.

O empenho do Governo Tarso e o alinhamento com o Governo Dilma garantiram ao Rio Grande o **segundo lugar entre os estados em captação de recursos do PAC**, com um volume na ordem de R$ 51,87 bilhões, entre 2011 e 2014, além de convênios em todas as áreas, no valor de R$ 784 milhões, entre 2011 e 2013. Com esta parceria no período entre 2011 e 2013, obtivemos uma média anual de R$ 1,3 bilhões em investimentos. A adesão do Governo do Estado às políticas federais de habitação – Minha Casa Minha Vida, Banco de Terras e Programa Nacional de Habitação Rural, possibilitou que no ano de 2012 o **déficit habitacional caísse em 17%**. O trabalho conjunto com o Governo Dilma rendeu ainda ao estado a parceria no **Plano Brasil Maior, nos programas Brasil Sem Miséria, Mais Médicos**, e obras importantes como a **Rodovia do Parque – BR 448, a duplicação da BR 392, da BR 116, o projeto da Nova Ponte do Guaíba, extensão do Trensurb até Novo Hamburgo, e mais investimentos e obras no Pólo Naval de Rio Grande e Jacuí**.

O Rio Grande do Mundo: o Governo Tarso recolocou o estado no mapa das relações internacionais e com um conjunto expressivo de missões para o exterior estabelecemos uma nova integração econômica, tecnológica, educacional, ambiental e cultural com diversos países como Uruguai, Argentina, China, Cingapura, Coréia do Sul, Indonésia, Cuba, Inglaterra, França, Espanha, Portugal, Alemanha, Israel, Palestina, Chile e Japão, entre outros. Ações de cooperação com a Alemanha na área ambiental, com a França na área de mobilidade urbana, com Cuba na área de biotecnologia, com a Argentina em Direitos Humanos, com o Uruguai na cultura e educação, com a China em infraestrutura e com a Coréia do Sul em microeletrônica. Na área industrial o governo do estado realizou 63 missões em 30 países. A instalação da **Hyundai** Elevadores e da **HT Micron** da Coréia do Sul, a ampliação da **Celulose Riograndense** com a CMPC do Chile, a fábrica de guindastes da **Manitowoc** dos Estados Unidos, a fábrica de caminhões chineses da **Foton**, são alguns dos exemplos de empresas atraídas por uma ação ofensiva na busca de novos investimentos produtivos para o RS.

O EMPENHO DO GOVERNO TARSO E O ALINHAMENTO COM O GOVERNO DILMA GARANTIRAM AO RIO GRANDE O SEGUNDO LUGAR ENTRE OS ESTADOS EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO PAC

A captação de recursos para o financiamento do investimento, no valor global de R$ 4,4 bilhões garantiu ainda, entre outras obras e projetos, que no período 2011-2013 o RS recebesse 530 novos quilômetros asfaltados em todas as regiões do estado. Até o final de 2014, serão entregues **44 acessos municipais, outros 40 estão em obras, e 20 estão com solução encaminhada**. Estes números superam a soma de todos os acessos municipais entregues nos últimos quatro governos. Retomamos as obras da RS 118, iniciamos a recuperação e manutenção de diversas estradas no estado, instituímos um **novo modelo de pedagiamento das estradas gaúchas**, sem renovação do Programa de Concessão de Estradas e retomada de sete pólos de pedágios, que passaram a ser geridos pelo poder público, através da **Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR)**, com fim do pedágio de Farroupilha, tarifas reduzidas, ampliação do investimento e criação

de Conselhos Comunitários das Regiões das Rodovias Pedagiadas (Corepes).

Na área de energia, iniciamos a **recuperação da CEEE**, a partir da negociação e pagamento da dívida do Governo Federal com a empresa, num montante superior a três bilhões de reais, apoiamos e investimos na ampliação dos parques eólicos, e mais de oitenta obras, incluindo subestações e linhas de transmissão, entre outras prontas ou em execução, estão modificando completamente o cenário do estado. Essas intervenções permitem não apenas fornecer mais energia em todas as áreas de concessão da CEEE, como ainda aumentar a qualidade, com maior disponibilidade e segurança no fornecimento.

No campo político e administrativo enfrentamos problemas históricos. Reestruturamos a previdência pública com a **criação do Fundo Previdenciário** e criamos as condições para que no longo prazo o sistema se torne sustentável. Lideramos nacionalmente o processo de **renegociação da Dívida Pública com a União**, resultando no compromisso do Governo Federal pela aprovação do PLC 99/2013 no Congresso Nacional, que trata da troca do indexador das dívidas estaduais e municipais. Atuamos fortemente sobre outros temas que envolvem o pacto federativo, como a distribuição dos royalties de pré-sal e o limite à guerra fiscal com o fim da "guerra dos portos".

O permanente conflito com os servidores públicos ficou no passado, substituímos pelo amplo diálogo, pelo respeito e por um conjunto de ações que melhoraram suas condições de trabalho e remuneratórias. Entre outras ações de valorização do servidor público, **foram concedidos aumentos para as maiores categorias: Professores, 76,69%; Soldados da Brigada Militar, 1ª. Classe, 104,49%; Quadro Geral, 162,88%; e Técnicos Científicos, 81,19%**. Ao mesmo tempo reestruturamos as carreiras do Quadro Geral e Técnicos Científicos, e novos planos de carreira para todas as fundações do Estado. Recompomos o quadro de servidores através da realização de concurso público para as áreas estratégicas do estado, educação, segurança, saúde, meio ambiente, entre outras.

Realizamos uma gestão inovadora, técnica e tecnológica, com iniciativas que agilizaram a administração e a resposta do estado ao conjunto de projetos e demandas essenciais para o nosso desenvolvimento. A **Sala de Gestão** (monitoramento de projetos estratégicos do governo), a Sala do Investidor, o **Sistema Estadual de Participação Cidadã, o Comitê de Diálogo Permanente com os Servidores, o Programa Fornecer** (compras públicas) **e a Rede Escola de Governo** (formação de servidores) são bons exemplos de ações que agilizaram modernizaram a gestão pública.

Para implementar esta agenda estratégica de desenvolvimento tivemos como princípio o fortalecimento da democracia, ampliando e criando novos espaços públicos de participação direta com a constituição de instâncias de diálogo e concertação. Instituímos o Sistema Estadual de Participação Cidadã e com ele resgatamos a participação nos processos decisórios sobre a alocação dos recursos públicos, através do Orçamento, do Plano Plurianual e do Plano Safra participativos. Instituímos canais de diálogo e de concertação para desenvolvimento de políticas públicas, através do **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Conselhão), do Orçamento Participativo, do Gabinete dos Prefeitos**, e dos Diálogos Temáticos e Regionais. Inovamos na criação do **Gabinete Digital**, que abre um espaço digital de comunicação direta com as Redes Sociais e implementamos as **Interiorização do Governo** para realização de prestações de contas regionalizadas.

Este sistema nos permitiu responder rápida e positivamente às Manifestações de Junho de 2013, através da escuta e do diálogo em tempo real, com resultados importantes como o **Passe Livre** para estudantes das regiões metropolitanas e a parceria com o Governo Federal, que proporcionou o ingresso de **1.065 profissionais pelo Programa Mais Médicos**, beneficiando 3,7 milhões de gaúchos e gaúchas em 378 cidades.

Avanço e qualificação das políticas públicas

Na saúde alcançamos o índice histórico de aplicação com 12% da receita líquida, permitindo a cobertura de 45% da população pelo Programa Saúde da Família e o atendimento de 89% população gaúcha pelo Programa SAMU. Foram aumentados em 144% os recursos para atenção básica e 254% os repasses para os municípios.

Na educação, saltamos de um investimento por aluno de R$ 4.144,24 para R$ 6.771,72 em 2013[2], reestruturamos o ensino médio, **concedemos aumento no básico de 76,69% aos professores, e com o completivo, que garante a aplicação do piso nacional**, alcançamos uma variação de 112% para o primeiro nível do plano de carreira. **Acabamos com as escolas de lata**, executamos obras em **1.962 escolas** e distribuímos entre professores e alunos mais de **120 mil computadores pelo Programa Província de São Pedro**. Como resultado, no Ensino Médio, os índices de aprovação, reprovação e abandono melhoraram sensivelmente. O índice de aprovação saltou de 66,1% em 2010 para 73,6% em 2013, o índice de reprovação caiu de 21,6% em 2010 para 16,4% em 2013, e o índice de abandono também obteve melhora, de 12,3% em 2010 para 10,0% em 2013. No Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) de 2013, os gaúchos ficaram em segundo lugar no ranking nacional das escolas públicas.

Para a Segurança Pública foram ampliados os recursos aplicados em 48,9% e foram investidos na melhoria salarial, na promoção e contratação de servidores da Brigada Militar, da Polícia Civil, da Susepe e do IGP; na conclusão e construção de presídios, com ampliação de 7.097 vagas até o final de 2014; na implantação de dez **Territórios da Paz** e de **80 núcleos comunitários**; no enfrentamento da violência contra a mulher através do **Programa Patrulha Maria da Penha**, no aumento das delegacias especializadas e na instalação da Sala Lilás.

Na área ambiental promovemos a reestruturação dos órgãos ambientais do Estado com investimentos em tecnologia e controle social através de um site específico, para mais agilidade e segurança na fiscalização e emissão de licenças, criação de plano de empregos, funções e salários para a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fepam e Fundação Zoobotânica. Iniciamos uma política ambiental voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento com **Sistema Integra-**

do de Regularização Ambiental (Siram), o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), com participação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

INSTITUÍMOS A REDE LILÁS, PARA O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR, CRIAMOS AS PATRULHAS MARIA DA PENHA, QUE JÁ ATENDERAM MAIS DE 1.400 MULHERES EM UM ANO DE ATUAÇÃO

A cultura recebeu R$ 201,6 milhões entre 2011 e 2013. No RS o volume de recursos utilizados pelo **Sistema Pró-Cultura RS** está em alta. O Fundo de Apoio à Cultura (FAC) investe R$ 10 milhões para promover a diversidade cultural. A Lei de Incentivo a Cultura (LIC) tem aplicação de R$ 74 milhões. A Fundação OSPA esta construindo a sua nova **Sala Sinfônica** e a **Casa de Cultura** conta com financiamento do Banrisul para reforma. O Governo Tarso também **reergueu a TVE e FM Cultura** investindo na migração para o sistema digital, ampliando o quadro funcional e retomando o sinal no interior do RS.

No primeiro ano de governo criamos a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer e aprovamos a Lei do **SISAIPE que regulamenta o Programa de Incentivo ao Esporte no RS – Pró-Esporte RS**. Reformamos o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, coordenamos os esforços estaduais para a realização da Copa e seus legados e lançamos editais da Fundação de Esporte e Lazer (Fundergs) que priorizam o repasse de recursos à mulheres, negros, índios, deficientes e idosos, ampliando a democratização e espaços de participação para que todos se sintam incluídos e representados.

A criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres (SPM) marcou um novo momento no respeito à autonomia social, política, econômica e de direitos das mulheres, através dela instituímos a **Rede Lilás**, articulando diferentes órgãos para o enfrentamento à violência doméstica e familiar, criamos as Patrulhas Maria da Penha, que já atenderam mais de 1.400 mulheres em um ano de atuação e promovemos políticas de formação e inserção no mundo do trabalho e geração de renda.

Respeito às diferenças e às minorias também foram marcas na política de Direitos Humanos do Governo Tarso. Iniciativas como o **Pacto Gaúcho pelo Fim do Racismo** Institucional, implantação de cotas raciais nos concursos públicos estaduais, criação do **Comitê de Povos de Terreiro, Programa de Fortalecimento Socioeconômico de Comunidades Quilombolas**, e ainda quatro mil famílias de comunidades quilombolas assistidas com assistência técnica nos programas da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, demonstram este compromisso.

O **Programa Passe Livre** foi uma conquista da juventude mobilizada nas ruas do nosso estado, em junho de 2013 e que encontrou um governo democrático e popular com capacidade de promover o diálogo e produzir uma lei com a cara da participação e da mobilização social. Neste ano, 335 municípios aderiram com 22.000 estudantes na modalidade subsídio e 4.500 com passe livre nas regiões metropolitanas e aglomerados, investimento de 16 milhões/ano. Com o Governo Tarso avançamos ainda na criação da Coordenadoria da Juventude e do **Conselho Estadual da Juventude**.

[2] Dados do MDE.

Compromissos para um futuro ainda melhor

O Rio Grande está melhor, encontramos um caminho para retomada do crescimento, mas precisamos e queremos investir ainda mais e melhorar. Para manter o crescimento e a melhoria da qualidade de vida dos gaúchos, precisamos aprofundar as mudanças iniciadas e buscar caminhos sustentáveis para ampliação dos investimentos, viabilizando recursos para as áreas sociais e para projetos estratégicos de futuro para o Rio Grande do Sul.

Os Partidos que compõem a UPPRS (Unidade Popular Pelo Rio Grande) firmam nesta Carta um **novo Compromisso com o Rio Grande** para a reeleição do Governador Tarso Genro, com o objetivo de manter e aperfeiçoar o Programa de Governo em execução e qualificar a unidade política do campo popular e democrático no RS, bem como, eleger Olívio Dutra Senador e reeleger a Presidenta Dilma Rousseff. Para tanto, apresentamos aos gaúchos e gaúchas os seguintes compromissos:

- **Ampliar e promover a participação cidadã** na gestão pública por meio do Sistema Estadual de Participação Cidadã, através dos mecanismos virtuais, como o Gabinete Digital, e presenciais, como o Orçamento Participativo, a Consulta Popular, COREDES, os Conselhos Setoriais e de Direitos, além do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que seguirá atuando como colegiado de consulta e assessoramento direto do Governador na formulação de políticas públicas. Instituir fórum permanente de diálogo e concertação entre governo e bancadas da UPPRS na Assembléia Legislativa para discussão de projetos de iniciativa do Executivo e do Legislativo;

- **Aprofundar a relação federativa** com os municípios, ampliando a cooperação e a parceria entre Governo do Estado e prefeituras, por meio do Gabinete dos Prefeitos. Consolidando o caráter republicano e democrático, sem distinção partidária, de região do estado, de densidade populacional ou de porte econômico;

- **Manter a integração programática e de**

gestão com o Governo Dilma Rousseff, ao mesmo tempo, reunir os esforços e as forças políticas e sociais do estado para participar em nível nacional da mobilização pela reestruturação do **Pacto Federativo** a partir da realização e aprovação da **Reforma Política e Tributária**, bem como, da **Reforma Democrática**, com ampliação de espaços de integração da sociedade na gestão do Estado brasileiro.

- Trabalhar, juntamente com o CODESUL, para promover as ações políticas e institucionais necessárias para formulação do projeto de **uma nova Sudesul**, bem como, da criação de um fundo de desenvolvimento regional destinado, sobretudo, a financiar investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento econômico da região Sul do país.

- Manter o esforço concentrado do governo e da sociedade gaúcha pela **aprovação da reestruturação da Dívida Pública do Estado**, que tem aprovação do Governo Federal e está em fase final no Senado. A reestruturação da Dívida abre novo espaço fiscal para manter a estratégia de financiamento do investimento combinada com aumento do investimento próprio, com recuperação da receita decorrente do nosso crescimento. Manter o compromisso com soluções e novas formas para financiar o passivo anual da previdência pública, bem como, a consolidação do Fundoprev.

- O **Rio Grande do Mundo**: continuar promovendo as relações e a inserção internacional com articulação e cooperação regional, e capacidade de iniciativa nos planos social, econômico, tecnológico, comercial e cultural, integrado à estratégia nacional. Com ênfase na abertura de novos caminhos para a produção gaúcha nos mercados da África e América do Sul.

- **Instituir o Programa Continuado de Investimento em Infraestrutura – PCII**, a partir dos recursos possibilitados pelo novo espaço fiscal, tendo como diretriz a melhoria da infraestrutura voltada ao desenvolvimento econômico e integração regional, diminuindo os custos de logística. Teremos como ferramenta de planejamento o PELT (Plano Estadual de Logística e Transportes) e a participação das comunidades envolvidas. O programa visará a aceleração de investimentos em infraestrutura de pequenas a grandes obras regionais, tais como novas duplicações e ligações regionais, que impulsionem o desenvolvimento, articulando investimentos do PAC, recursos próprios e parcerias com o governo federal;

- O PCII combinará tanto a instituição de pedágios públicos, com controle social, valorizando e qualificando a Empresa Gaúcha de Rodovias – EGR, quanto investimentos próprios e parcerias com a iniciativa privada para recuperação, manutenção e investimento em logística e nos diversos modais de transporte, respeitada a demanda real e os contratos e formas jurídicas que incidem sobre o tema;

- **Nenhum município gaúcho sem acesso asfáltico**. Conclusão de todos os acessos municipais e das obras já em andamento, integrantes de nosso Plano de Obras Rodoviárias, inclusive as duplicações e ligações regionais. Instituir programa de investimentos em recuperação e conservação de rodovias, com gerenciamento da qualidade do pavimento e implementação e ampliação do CREMAs (Contratos de Restauração e Manutenção);

- Fortalecer o planejamento e gestão da política energética do estado, dando continuidade à recuperação da CEEE, bem como de outras formas de geração, em direção a eficiência e sustentabilidade energética, os parques eólicos, PCHs, carboquímica e biocombustíveis.

- Instituir, de forma acordada com os municípios, a **política de Mobilidade e Transporte Público**, através da reorganização das estruturas e atribuições administrativas, ampliando e qualificando o transporte público e o acesso ao Passe Livre, combinadas com os novos investimentos em infraestrutura e modais de transporte;

- **Instituir a Nova Política Industrial do Rio Grande do Sul** (NPI-RS 2015/2018), aprofundando a Política Industrial em curso, tendo como diretrizes tornar o estado uma referência no desenvolvimento sustentável ambientalmente, na redução das desigualdades regionais e na inovação com base no aumento da competitividade. Nesta segunda fase, consolidar os principais instrumentos - planos e incentivos setoriais, financiamento, Sala do Investidor, Novo Fundopem, Pró-Inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, promoção comercial -, ampliar os canais de participação e de concertação para o planejamento e monitoramento das políticas de desenvolvimento; fortalecer e diversificar nossa estrutura econômica, com fomento às cadeias produtivas, aos setores tradicionais e aos setores da Nova Economia; e dar continuidade à Política da Economia da Cooperação, com programas específicos – Arranjos Produtivos Locais, Extensão Produtiva e Inovação, Cooperativas de Produção, Economia Solidária.

- **Avançar na Política de Desenvolvimento Econômico**, tendo como objetivo manter taxas sustentadas de crescimento da produção, no médio e longo prazo, a partir da política industrial, da política agrícola e de desenvolvimento rural e de uma política de infraestrutura e energética.

- **Consolidar o Sistema Financeiro Estadual** (Banrisul, Badesul e BRDE) com avanço na coordenação de atividades voltadas ao financiamento do investimento e desenvolvimento de novas modalidades, com destaque para fundos de participação.

- **Manter a política de incentivos fiscais** que induzem o desenvolvimento, democratizando o seu acesso, com especial atenção ao sistema de cooperação existente, ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas, comerciais e industriais, vocacionadas para a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias, bem como, para a promoção da agricultura camponesa, da agricultura familiar, da agroindústria e dos Arranjos Produtivos Locais.

- **Manter e potencializar a política de atração de investimentos** que valorizem e se integrem na base produtiva local, tanto originários de fora do Estado, quanto de fora do país, sempre estimulando vínculos com as cadeias locais e o Sistema Financeiro Estadual – Badesul, BRDE e Banrisul.

- **Aprofundar as políticas para os setores das Novas Economias, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Tecnologia da Informação e Comunicação, Indústria Criativa, Aeroespacial, Energética e de Reciclagem**, através dos órgãos estaduais, especialmente pela Secretaria de Ciência e Inovação Tecnológica e da Agência de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, envolvendo a sociedade em um processo participativo para formulação e definição de novas políticas.

- **Consolidar o Programa RS Tecnópole**, fomentando a pesquisa, inovação, desenvolvimento tecnológico e apoio aos Parques e Pólos Tecnológicos. Manter o processo de recuperação e valorização da UERGS e da FAPERGS.

- **Instituir o Microcrédito Jovem Inovador**, voltado para jovens empreendedores gaúchos entre 18 e 30 anos, ampliando e consolidando o **Programa de Microcrédito Estadual**.

- **Manter a valorização do Salário Mínimo Regional** como forma de melhorar o acesso a bens de consumo aos trabalhadores assalariados e ao suprimento de suas necessidades básicas de alimentação, moradia, educação, saúde e transporte.

- **Criar o Sistema de Proteção Social e Inclusão no Mundo do Trabalho**, integrando as ações de assistência e proteção social, geração de emprego e qualificação profissional, eliminando a fragmentação da atuação e garantindo transversalidade qualificada. Para tanto, constituir um canal institucional único de busca ativa para proteção e inclusão social, aproveitando a experiência dos "Diálogos com a Juventude".

- **Garantir a continuidade do Plano Safra Gaúcho**, a promoção dos processos de agregação de valor, diversificação das atividades do campo e constituição de mercados, adotando como estratégia o fortalecimento das cooperativas, dos conglomerados agroindustriais cooperados, da economia solidária, da agricultura camponesa e agricultura familiar, através também das Compras Institucionais, do Programa Fornecer, da implantação do Plano Decenal da Agricultura, Agroindústria Familiar, Sabor Gaúcho e o Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural.

- **Consolidar o Programa Mais Água, Mais Renda**, em ainda apoiar a reservação e estimular o uso racional e o reuso da água, principalmente pela indústria, visando mitigar os efeitos da seca e ampliar a produtividade rural, a partir da nova política de irrigação instituída na atual gestão.

- **Aprofundar às políticas de valorização do agronegócio**, priorizando o diálogo com todos os agentes das cadeias setoriais, através das Câmaras já instituídas, com foco no aumento da produtividade e agregação do valor. Fomentar a expansão das culturas de inverno, visando o aumento da renda e qualidade de vida no campo.

- A**vançar o processo de qualificação da gestão ambiental no Estado**, dando continuidade à reestruturação da Sema, Fepam e FZB. Concluir o Zoneamento Ecológico Econômico e adotá-lo como ferramenta de planejamento nos projetos de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental do Estado, conferindo qualidade e celeridade aos novos empreendimentos. Fortalecer os mecanismos de resposta aos impactos negativos decorrentes das mudanças climáticas, visando mitigar eventuais prejuízos advindos dos eventos naturais extremos.

- Manter o compromisso com a **gestão pública de qualidade no saneamento do Estado através do fortalecimento da CORSAN**. Garantir a execução das obras do PAC I e II para as áreas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos, mantendo a meta de dobrar o tratamento de esgoto do estado de 15% para 30%.

- **Continuar a política de redução do déficit habitacional no estado**, mantendo a articulação com o Programa Minha Casa, Minha Vida, e através do programa RS Mais Moradia. Fortalecer a política de reasssentamentos e de regularização fundiária, além de incentivar as cooperativas habitacionais no RS.

- **Ampliar**, em parceria com Governo Federal, através do Bolsa Família, os programas sociais de distribuição de renda como o **RS Mais Igual**, garantindo continuidade das ações de enfrentamento à pobreza extrema. Assim como ações de apoio à Economia Popular e Solidária, à inclusão produtiva no campo e a continuidade da política de reforma agrária e de novos assentamentos.

- **Ampliar a educação integral em tempo integral**, manter a reestruturação curricular do ensino médio e educação profissional integrada na Rede Estadual, a garantia de acesso para jovens de 15 a 17 anos, bem como, a continuidade do investimento em melhorias na estrutura física, modernização tecnológica das escolas estaduais, e a recuperação salarial e formação continuada dos professores e professoras, visando mais qualidade na educação.

- **Mais Médicos em todos os municípios**, em parceria com Governo Federal, garantindo atendimento da população em todas as regiões do estado. Manter aplicação de recursos em saúde de 12% da Receita Líquida, a qualificação da gestão para melhoria do atendimento e ampliação do acesso ao Sistema Único de Saúde, e ainda, efetuar a conclusão dos hospitais regionais e UPAs em andamento.

- **Concluir a desocupação do Presídio Central** com a ampliação de vagas prisionais e continuar a implementação dos Territórios da Paz e dos Núcleos de Policiamento Comunitário. Ampliar as Patrulhas Maria da Penha e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM. Implementar o desmembramento do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar e concluir o Sistema Integrado de Segurança Pública do estado, tendo como diretriz com a política de proteção à vida e a cidadania.

- **Manter e ampliar a Rede Lilás** e os demais programas de promoção de direitos e da autonomia política, social e econômica das mulheres, desenvolvidos pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, bem como, as **políticas e programas de Justiça e Direitos Humanos**, de acessibilidade e promoção dos direitos das pessoas com deficiência, qualificando e aumentando os recursos a eles destinados, em especial, aos trabalhos voltados à infância, juventude, afrodescendentes, quilombolas, povo de terreiro, idosos, índios e LGBT.

- **Concluir a Sala Sinfônica da OSPA e fortalecer o Fundo de Apoio à Cultura**. Fortalecer o Sistema Estadual de Cultura e dar continuidade ao Plano Estadual e Planos Setoriais construídos a partir do diálogo democrático realizado nas Conferências Estaduais e dos Diálogos Culturais. Ampliar, em parceria com Governo Federal, a Rede de Pontos de Cultura e modernização de bibliotecas.

- **Criar o Espaço Público de Produção e Reprodução da Opinião Livre** em parceria com a Fundação Cultural Piratini, tendo como referência a experiência dos "Diálogos com a Juventude".

- **Universalizar o acesso à internet de banda larga** através do Programa Gaúcho de Inclusão Digital, fomentando também o mercado de fornecedores de infraestrutura e provedores de acesso à internet de banda larga e direcionando as ações especialmente ao acesso à informação e comunicação dos jovens de baixa renda.

- Fortalecer a Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, o **Programa de Incentivo ao Esporte no RS – Pró-Esporte RS** e a Fundação de Esporte e Lazer (Fundergs).

- Afirmar e potencializar o **Programa Rio Grande um Grande Destino**, aproveitando a visibilidade e o legado da Copa 2014 no Brasil para potencializar a economia do turismo no estado.

- Manter e ampliar o **Programa Balada Segura Pelo Rio Grande**, ampliando a ação nos municípios com maior índices de acidentalidade, buscando o envolvimento da sociedade através dos comitês locais. Manter o Programa Viagem Segura junto às rodovias estaduais e, em parceria

com Governo Federal, ampliar nas rodovias federais.

- **Consolidar o Gabinete de Governança Metropolitano** com programa e ações específicas para o desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre e dos Aglomerados Urbanos do Litoral Norte, Sul e Noroeste, através de projetos transversais e integrados nas áreas da saúde, segurança, planejamento e regulação do uso do solo, mobilidade urbana e infraestrutura, cultura, inovação tecnológica e meio ambiente.

- **Manter e ampliar o Programa Passe Livre** nas regiões metropolitanas do estado. Promover o Bilhete Único através da política de Mobilidade Urbana e Transporte Popular para maior integração do sistema na região metropolitana de Porto Alegre. Continuar o trabalho de parceria entre os governos para implantação do Metrô de Porto Alegre. Em gestão conjunta com Governo Federal dar continuidade ao projeto e iniciar as obras da Nova Ponte do Guaíba.

- **Readequar a estrutura de gestão**, aproveitando a experiência da Sala de Gestão, simplificando e consolidando processos, dando continuidade à transversalidade na implementação dos projetos estratégicos. **Consolidar e fortalecer a Sala de Gestão**, avançando na qualificação da execução dos programas e do orçamento público, aprimorando iniciativas bem sucedidas como o sistema de monitoramento de projetos estratégicos.

- **Instituir o Escritório de Projetos e Gestão de Obras**, reorganizando as atribuições e estruturas administrativas existentes, para dar agilidade e eficácia na elaboração de projetos e execução das obras públicas fundamentais para a qualificação dos serviços públicos e desenvolvimento do Estado.

- **Instituir a Sala de Planejamento e Monitoramento Social de Grandes Empreendimentos**, como a Indústria Oceânica e Pólo Naval de Rio Grande e do Jacuí, parques eólicos, hidrelétricas, barragens, Ferrovia Norte-Sul, nova Ponte do Guaíba, Metrô de Porto Alegre.

- **Potencializar a política e os órgãos de transparência e controle público da gestão** através da Subchefia de Ética Transparência e Controle Público e do Departamento de Gestão de Conhecimento para a Prevenção e a Repressão à Corrupção (Degecor), com o uso das novas tecnologias para a fiscalização e o acesso à informação pela cidadania.

- **Cumprir os acordos salariais estabelecidos entre governo e servidores**, e ainda, manter o processo dialógico, de qualificação das condições de trabalho e de formação continuada, através da Rede Escola de Governo.